

# IDEOLOGIA, SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: O CASO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES EM TRÊS LAGOAS – MS<sup>1</sup>

**Cristovão Henrique Ribeiro da Silva**

Licenciado em Geografia (UFMS); Mestrando em Geografia (UFMS/CPTL)  
[cristovamhenrique@yahoo.com.br](mailto:cristovamhenrique@yahoo.com.br)

**Greisse Quintino Leal**

Licenciada em Geografia (UFMS); Mestranda em Geografia (UFMS/CPTL)  
[greissequintino@hotmail.com](mailto:greissequintino@hotmail.com)

## RESUMO

O seguinte trabalho tem por objetivo explicitar as contradições sócio-territoriais intrínsecas à produção do espaço urbano no município de Três Lagoas, visto sua massiva e notória expansão urbana que assumiu nos últimos quatro anos. A instalação de indústrias desencadeou mudanças na dinâmica da produção e reprodução do espaço urbano, em decorrência do fluxo de pessoas e capitais. Os conjuntos habitacionais foram construídos para sanar o problema da habitação aos menos abastados. Porém, tal política urbana tem funcionalidade ambivalente ao atender a necessidade de moradia dos grupos sociais menos abastados e na esteira desse processo mantém a lógica territorial urbana em garantir a expansão da cidade e valorizar suas porções mais nobres. Assim, novas problemáticas sociais, intrínsecas a segregação, são produzidas, cabendo ao prisma da Geografia identificar as ideologias materializadas na produção do território.

**Palavras chave:** Segregação, Fragmentação Territorial, Ideologia, Conjuntos Habitacionais.

## ABSTRACT

The following paper aims to describe the intrinsic contradictions in the socio-territorial production of urban space in the city of Três Lagoas, as its massive and notorious urban sprawl that has taken over the past four years. The installation of industries triggered changes in the dynamics of production and reproduction of urban space, due to the flow of people and capital. The housing were built to solve the problem of housing for the less affluent. However, the urban politic has ambivalent functionality to attend the housing necessity to those that don't live the city as a completeness and in the mat of that process maintains the territorial urban logic to ensure the city expansion and valorize their more nobles portions. So, new social problems, inherent segregation, were produced, being the prism of geography to identify ideologies in the the territory production.

**Key-words:** Segregation, Territorial Fragmentation, Ideology, Housing.

---

<sup>1</sup> Artigo coordenado pelo Profª Drª Edima Aranha Silva/ Profª Drª do Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/UFMS/Campus de Três Lagoas.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o foco de compreender a produção do território de Três Lagoas, tendo como ponto de partida os conjuntos habitacionais populares do município decorrentes da política habitacional que a administração municipal assumiu nos últimos quatro anos. Esta política redefiniu dinâmicas territoriais e expandiu de forma abrupta o desenho urbano.

Concomitantemente a expansão do urbano, a segregação, o agravamento das mazelas sociais e a fragmentação territorial se tornaram presentes e indissociáveis da política pública de habitação. Essas novas relações territoriais postas em relevo irão identificar as ideologias propaladas no município decorrentes da instalação dos conjuntos habitacionais, estes entendidos como empreendimentos de cunho populista.

A realidade dos COHABs instiga o olhar geográfico por se apresentar como amálgama de fatores sócio-territoriais coligados à urbe e suas dinâmicas urbanas, uma vez que a reestruturação urbana é alheia à equidade territorial, deficiente o bastante para tolher os conjuntos habitacionais de infraestrutura básica e por outro lado, as adjacências do centro principal exibem opulência, equipamentos urbanos eficazes e fluidez.

Esteados nos trabalhos de campo e na leitura sistematizada sobre o tema abordado foi possível identificar os fatores que alicerçam a estratificação da sociedade, como o estrangulamento territorial e a desigualdade econômica, explícitos nos conjuntos habitacionais, sem exceção – Azaléia, Orquídeas, Lírios, Girassóis, Hortênsias, Orquídeas I, Orquídeas II, Chácara Imperial, Margaridas, Hortênsias I, Violetas, Violetas I. São territórios com valores invertidos, segregados e imbuídos de ideologias geográficas travestidas de discurso desenvolvimentista.

A base empírica deste trabalho é sedimentada sobre visitas *in locu*, entrevistas com os moradores dos COHABs e análise dos dados fornecidos pelos órgãos administrativos municipais, o que permitiu fazer uma reflexão teórico-conceitual, bem como representar cartograficamente tal realidade.

Analisando os recortes territoriais, objetiva-se apontar a precariedade infraestrutural e a debilidade nas relações sociais que se desdobram nos respectivos conjuntos habitacionais.

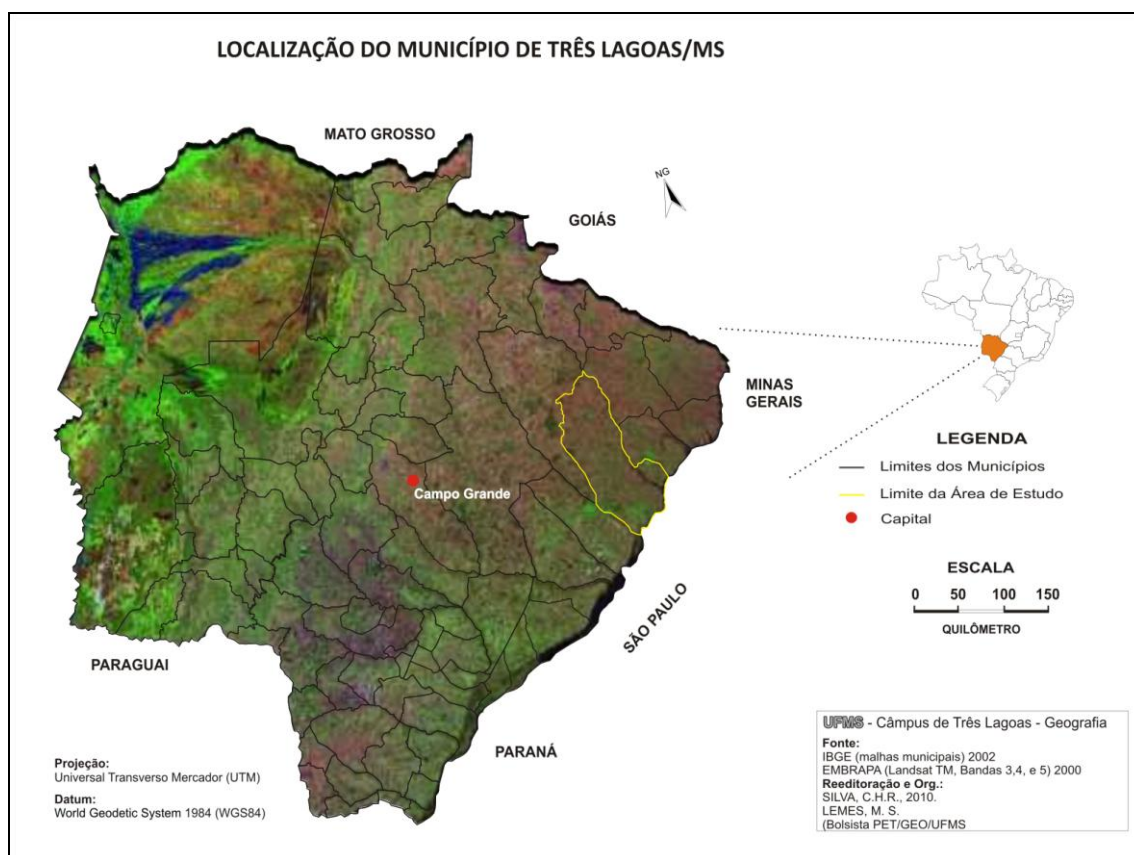
## FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E IDEOLOGIA

A ciência geográfica tem por um de seus objetivos explicitar as contradições inerentes à produção do espaço, visto como substrato das atividades dos homens sobre o mesmo espaço (SANTOS, 1988). Logo, as relações de poder materializadas pelos agentes sociais delinham e definem novos arranjos espaciais, ou seja, o território. Explica Raffestin que:

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Nas palavras de Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, que irá se configurar a partir das ações de apropriação do espaço definidas pelas atividades dos homens. O espaço engloba uma totalidade, e o território é modelado por um conjunto de ações realizadas pelos sujeitos sociais e “cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social” (SANTOS, 1992, p. 07). Ações do homem são condizentes ao seu recorte territorial e acompanham a dinâmica socioeconômica atual. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar os conjuntos habitacionais em Três Lagoas inseridos na lógica territorial de produção da moradia popular.

O município de Três Lagoas está localizado na porção leste de Mato Grosso do Sul, compondo a chamada Região do Bolsão (Figura 1), e nos últimos 10 anos a cidade passou por uma total reestruturação do espaço urbano, devido à torrente industrialização, adensou-se demograficamente com a conseqüente expansão da malha urbana.



**Figura 1.** Localização do município de Três Lagoas

A inserção massiva de capital industrial redefiniu a economia do município, antes de caráter agropecuário, compelindo-o a se adaptar às novas dinâmicas do mercado global (SANTOS, 2005) que execra, segrega e avilta valores sociais sedimentados por discursos desenvolvimentistas e ideológicos do Estado.

É evidente a mutação territorial apresentada na cidade de Três Lagoas, porém, essa mudança implica na conformação fractal do território. Na cidade explodem novas formas e estruturas sociais, como os COHABs e condomínios fechados, que não são mais do que reflexo do célere movimento industrial, neste ínterim, tem-se a fragmentação e posterior articulação dos recortes territoriais urbanos.

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais [...] é um reflexo da sociedade [...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram marcas impressas nas formas do espaço do presente (CORRÊA, 1993, p. 08).

Como Corrêa (1993) relata o espaço urbano é fragmentado e articulado por ser a impressão territorial da sociedade – conteúdo social – permeada de contradições e

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 54 - 74. Florianópolis, junho de 2011.  
[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

conflitos. Sendo assim, a expansão da urbe está contraditoriamente territorializada, pois ao surgir COHABs em territórios embrutecidos e desprovidos de amenidades erguem-se condomínios fechados de luxo em frações territoriais também limítrofes, mas detentoras de amenidades e aspectos paisagísticos aprazíveis e com valoração elevada.

Os COHABs, geralmente, estão desprovidos de serviços básicos, tais como falta d'água, policiamento, áreas de lazer, dentre outros e ainda assim inseridos na expansão do tecido urbano. Tais serviços deveriam ser disponibilizados pelo Estado, e sua ausência torna a periferia física mais próxima da periferia social. Sobre o assunto, Santos (1987) aventa:

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público. (SANTOS, 1987, p.115).

A relação da periferia com os serviços e a fragmentação territorial delineiam bolsões com pouca expressividade econômica e política, opacos (SANTOS, 1996), onde serviços essenciais são oferecidos de forma deficiente. Prática que vai à contra mão do discurso da administração pública, uma vez ideológica, elitista e excludente, promotora benfeitorias inclinadas ao estético e para as classes mais abastadas. Balizamentos que são evidenciados com obras no centro principal da cidade, revitalização de áreas nobres, políticas de verticalização de áreas centrais.

Ideologias impregnadas em cada morador desses recortes que não se reconhecem como pobres e muito menos cidadãos componentes da cidade. Conforme Chauí (1980) a ideologia serve, antes de tudo, para escamotear as diferenças sociais sem correlacioná-las à divisão de classe, induzindo os moradores a terem conclusões refutáveis quanto a sua condição social. As ideologias difundidas em Três Lagoas são passíveis de críticas, pois a fragmentação territorial – territórios socioeconomicamente precários contrapondo-se aos suntuosos – é notória e “alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele” (MORAES, 1988, p.44).

Neste rol, onde a produção do território se desdobra, alicerçado nas ideologias da classe dominante que transforma interesses particulares em valores universais,

convocando cada indivíduo a uma visão deturpada do real (SANTOS, 2005). O substrato deste processo é o número considerável da reprodução desses saberes ideológicos e alienantes, como se não houvesse a possibilidade da retomada de consciência:

O papel da ideologia na produção das coisas e o papel ideológico dos objetos que nos rodeiam contribuem, juntos, para agravar essa sensação de que agora não há outro futuro senão aquele nos virá como um presente ampliado e não como outra coisa (SANTOS, 2005, p.159)

Santos (2005) assevera que a ideologia redime valores sociais e de forma contígua, faz com que no futuro – ideologicamente – inexista a anuência da alteração, apenas o presente agravado. E a falta de consciência – resultado imediato da alienação e das ideologias – acerca da lesão social sofrida pelos moradores dos COHABs, instiga a inexistência de movimentos reivindicatórios de direito ao espaço urbano (CORRÊA, 1993), pois esses indivíduos que não exercem plenamente a cidadania e não vivenciam e consomem a cidade com dignidade, apenas moram, estão alojados, e não a habitam (LEFEBVRE, 1991). Essas ideologias são emanadas das classes dominantes e do Estado, ambos detentores de poder político e econômico capazes de organizar o território segundo interesses específicos ao passo em que incute noções distorcidas de bem estar e equidade social.

Em síntese, as ideologias são intrínsecas à reestruturação da tessitura urbana mediante sua expansão por meio dos COHABs, contemplando apenas uma faceta da sociedade. Na cidade de Três Lagoas a dinâmica não diverge deste paradigma que projeta o crescimento e não o desenvolvimento, pouco contribuindo para um melhor arranjo territorial mais justo e humanizado, pois segundo Santos (1979, p. 21) “[...] o desenvolvimento seria acompanhado pela transformação das estruturas sociais e mentais [...]”.

## **SEGREGAÇÃO: CONCEPÇÕES E ABORDAGENS**

Tendo como fonte de estudo a segregação urbana, esta que surge de forma recôndita, segundo Manoel Castells (2000), vai além dos condomínios e conjuntos habitacionais:

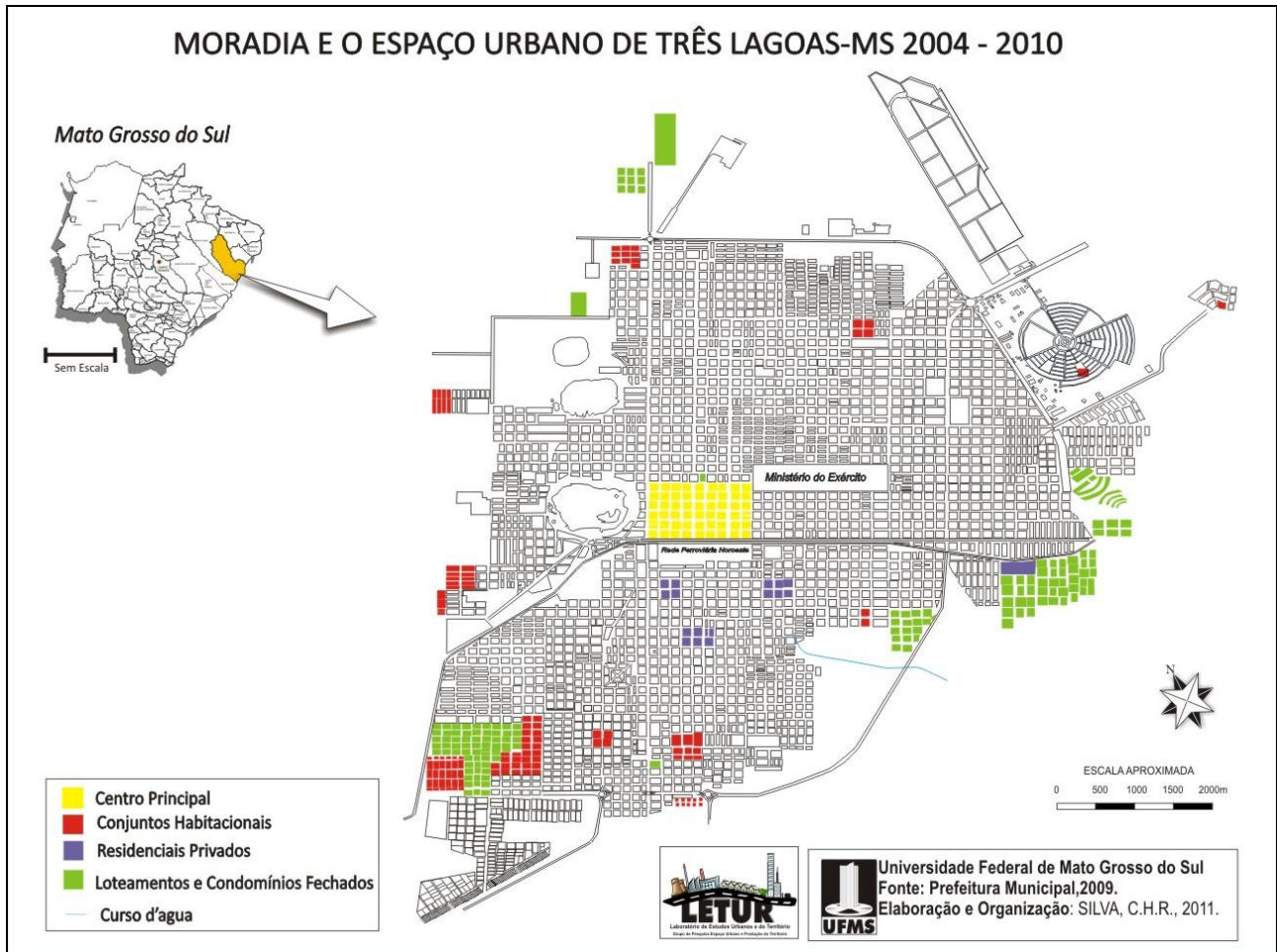
A segregação urbana não aparece como distribuição de residência dos grupos sociais no espaço, segundo uma escala mais ou menos exposta,

mas como a expressão, em nível da reprodução da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades (CASTELLS, 2000, p. 262).

A segregação urbana define a cidade como um espaço passível de várias faces, e o que irá definir esta distinção é o contexto social de quem a habita. Segundo Raquel Rolnik (1988), a segregação se desvela também mediante a separação da moradia e do local de trabalho, o que configura a criação de eixos de maior fluidez e sub-centralidades, intensificando a relação centro-periferia.

Segregar está muito além de apenas isolar ou separar, está também em colocar de uma forma camuflada cada morador num lugar arbitrariamente definido por aqueles a quem compete o poder de decisão, onde os muros que separam a periferia dos bairros de luxo são invisíveis aos olhos da grande massa, que acaba não entendendo e não percebendo este processo, também transformador do território.

A dinâmica organizacional da cidade (Figura 2) está diretamente ligada ao Estado, que dota certas regiões urbanas de equipamentos e serviços enquanto em outras eles não são implantados, ou quando são é de forma residual. Este último caso esboça a situação dos COHABs, desprovidos e distanciados de equipamentos e serviços básicos urbanos.



**Figura 2:** Dinâmica organizacional das moradias em Três Lagoas.

Então apreender esta ação do Estado em relação à segregação urbana, permite fazer a seguinte afirmação, de que o Estado visa os interesses da classe dominante, e permite que este processo de segregação intensifique a situação daqueles mais suscetíveis a tal isolamento.

A cidade acaba não cumprindo sua função social, pois não permite o mesmo acesso à moradia, escola, serviços básicos e de infraestrutura a todos que nela moram. Assim, a existência dos COHABs revela na cidade a segregação forçada, já que nos condomínios fechados se *opta* pela auto-segregação (SPOSITO, 1998), fruto do exercício de poder das classes dominantes e do Estado. Sendo o morar um direito de todos e o solo urbano em si tem um valor relativamente alto, define-se ideologicamente o tipo de moradia que cabe a cada um, “Os terrenos de maior valor são ocupados pelas melhores residências, enquanto a medida que o valor da terra diminui, a qualidade das residências diminui” (CORRÊA, 1993, p. 133).

As favelas, por exemplo, visivelmente são frutos da segregação, com pontos críticos de tráfico de drogas e abandono pela parte do Estado, sendo este o responsável pela



reprodução deste processo. Em Três Lagoas não existem favelas, mas existem bairros em conjunturas socioeconômicas alarmantes e extremamente depredadas, como Vila Zuque, São João, Guanabara, Jardim Oiti e outros; já os COHABs apresentam paisagem homogênea, adensamento populacional e agravados problemas com tráfico e uso de drogas (LEAL, 2010). Lapierre (apud VIEIRA, 1986) é sucinto e realista ao afirmar que “a brutalidade é a violência dos fracos. A violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma, suas técnicas de opressão são discretas, refinadas e, enfim, terrivelmente eficazes”. Entende-se violência não somente como uso da força ou abuso de poder, mas também como violação dos direitos de um indivíduo ou de uma coletividade em benefício de outro indivíduo, setor ou classe social (VIEIRA, 1986). Entende-se assim que a produção dos COHABs materializa uma forma de violência gestada e gerida pelo Estado.

A segregação não é a única mazela social, entretanto ela intensifica outras, como o difícil acesso aos serviços/equipamentos urbanos, maior exposição à violência em geral, maior dificuldade de abastecimento, dentre outros (Maricato, 1996).

Compreender esse processo de segregação é perceber que a cidade ao ser delineada por seus integrantes, tem constituída uma correlação entre os bairros ocupados e o contexto social de seus moradores. Em síntese, “[...] é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e cada um dos moradores” (ROLNIK, 1988, p. 41).

O espaço urbano é resultado de relações imbricadas, hibridizadas e (re)produzidas inúmeras vezes, acúmulos de atividades de temporalidades distintas sobre o mesmo território (Figura 2), daí noção de (re)arranjos territoriais permite lucubrar a função da segregação no urbano (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2009). Segregar é o trunfo que a classe dominante e o Estado possuem para a gestão hierárquica e seletiva do território urbano, ou seja, a urbanização que em seus primórdios remetia à civilização, atualmente remete-se a fragmentação, divisão, segregação, des-civilização (PEDRAZZINI, 2006). Daí o que se vê é uma cidade fragmentada com regiões articuladas e outras desconectadas. Os COHABs possuem essa dupla característica: seu conteúdo social é articulado ao restante da cidade, porém o conjunto habitacional em si é desvinculado dessa cidade, funciona como um apêndice que aloja e abriga trabalhadores de baixo poder aquisitivo.

Na ininterrupta produção e reprodução territorial urbana, segregar possibilita assegurar as seguintes prerrogativas: a expansão da malha urbana, a expulsão dos pobres das áreas valorizadas, a solvência efêmera do déficit habitacional, promoção de

áreas para a especulação imobiliária – vazios urbanos. Esses elementos elencados compõem o construto do imenso *puzzle* urbano criado pelos arranjos territoriais de interesses eminentemente hegemônicos (SANTOS, 2008).

Diante do exposto, é possível afirmar que dentre as estratégias de gestão territorial urbana, a segregação é um importante fator a ser compreendido na pesquisa geográfica por sua função dual na urbe. Os COHABs são exemplos explícitos de segregação sócio-territorial e substrato da fragmentação do território, sendo o último balizado por lógicas políticas e sobretudo econômicas que pontuam no espaço urbano ilhotas de desenvolvimento regido pelo célere crescimento urbano/industrial, onde o Estado lança mão de políticas urbanas que visem amenizar as problemáticas sociais e em contrapartida atender os interesses do capital privado (SANTOS, 2009).

A segregação é um processo produzido pelos agentes sociais fragmentadores do território. Nesta perspectiva as ideologias endógenas ao processo de segregação sócio-territorial mitigam as mazelas sociais através do consentimento de ter onde morar, por mais longínquos e debilitados sejam estes espaços.

## **EXPRESSÃO TERRITORIAL DO PODER NA CIDADE**

Os diversos espaços e paisagens da cidade resultam da estratificação da sociedade, são sublinhados pelo conteúdo social, econômico, cultural, político e ideológico de seus habitantes.

A terra urbana é uma mercadoria territorial, possui valor de uso e valor de troca, o que a sujeita aos mecanismos de mercado (CORRÊA, 1993, p. 62), e os espaços mais aprazíveis, com amenidades topográficas ou paisagísticas ou em localidades privilegiadas, por terem preços mais elevados, são apropriados pelos indivíduos que possuem maior poder de aquisição; já os espaços localizados em porções distanciadas do centro principal e privadas das amenidades, ficam destinados às classes populares devido ao preço mais acessível, e nestes espaços embrutecidos é que se concentram (ou se concentrarão) as mazelas sociais, constituindo um território débil e fragilizado. “Os atores [sociais] mais poderosos reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS, 2005, p.79).

As diversas formas encontradas pelos moradores para solucionarem o problema da moradia estão atreladas aos diversos espaços correspondentes às diversas qualidades, numa escala de valoração da qualidade de vida, logo as diferentes classes sociais irão se

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 54 - 74. Florianópolis, junho de 2011.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

apropriar dos bens de consumo coletivo e dos espaços para construção de suas moradias distintamente (ALENCASTRO, 1986).

O Estado investe nas áreas ocupadas pela elite, porquanto a mesma está apta a pagar pelas melhorias via impostos, evidenciado o privilégio com a classe A e não com as assalariadas (B, C, D, E, e outras em situação mais precarizada). O Estado “privilegia” as classes populares através dos conjuntos habitacionais cedidos gratuitamente ou vendidos em suaves prestações (que ultrapassam uma década). Cabe esclarecer qual a importância que os conjuntos habitacionais têm para os moradores, para as classes sociais elitizadas e para o Estado. A carga ideológica imanente ao cumprimento do direito de acesso a moradia é percebida por cada classe social idiossincraticamente.

Para as classes dominantes a construção e entrega de conjuntos habitacionais é muito interessante, pois os pobres, que lhes representam perigo se distanciam (SOUZA, 2008), e segue a racionalidade hegemônica, exercendo forças centrípetas – que concentram o dinheiro, as atividades rentáveis e as classes dominantes no centro da cidade e no pólo econômico – e forças centrífugas – que expulsam os pobres, informais, ilegais e irregulares para longe deste meio de alto *status* – (SANTOS, 2005).

Àquele que recebe a moradia sente-se extremamente afortunado, pois vai deixar de pagar aluguel ou de morar na casa de outrem, e por mais difícil que seja estar completamente segregado e sem acesso aos serviços básicos. Não há o reconhecimento de que habitar é um direito (LEFBVRE, 1991), a alienação é resultado das ideologias produzidas pelas classes dominantes e reproduzidas pelos veículos de informação em massa:

[...] a função da ideologia é a de apagar diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUI, 1980, p.114).

A alienação vai tornar comum aos integrantes de toda a sociedade as concepções das classes dominantes ou transfigurar realidades distorcidas em realidades irrefutáveis, homogeneizando os anseios e medos dos sujeitos sociais para controlá-los mais eficazmente e permitir o pleno exercício de poder. O que passa a ser real para uma sociedade constituirá um código de verdades, pois não há possibilidade de exercício de poder sem os discursos de verdade. O poder exercido através das ideologias (que são mecanismos para sua atuação) necessita formar, acumular, organizar e pôr em circulação

um saber e aparelhos de saber (saber distorcido), que são construções ideológicas amplamente difundidas – principalmente pelos veículos de informação em massa – e reproduzidas por aqueles que se encontram alienados de sua condição de ser humano e de cidadão urbano (FOUCAULT, 1979).

O Estado é compreendido como expressão máxima de poder e visto como capaz de sanar todo e qualquer tipo de problema, a despeito da corrupção e inércia governamentais escancaradas. Por ser detentor de terras e promotor imobiliário, está capacitado a interferir na produção do território urbano diretamente. Através da formação dos conjuntos habitacionais ele “cumpre” o direito da moradia, contenta os mais fragilizados economicamente, satisfaz os interesses da elite e garante sua autoimagem positiva. É perceptível que o Estado cumpre duplo papel: assegura os privilégios das classes dominantes (e os seus) e mantém o controle social por estas mesmas classes sobre outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. Esse papel ambíguo e antagônico é cumprido também pela existência e reprodução da segregação. O Estado – seus membros e edificações representativas – e as classes dominantes são produtores da segregação por poderem habitar onde desejarem, excluindo assim o restante da população (CORRÊA, 1993).

Tal conjuntura se apresenta em Três Lagoas, já que a estrutura da cidade acompanha a segmentação da sociedade: no centro principal estão prédios públicos e privados, os empreendimentos comerciais e as residências dos mais abastados. Na periferia do centro mesclam-se bairros de alto e médio nível socioeconômico. Enquanto na periferia estão os bairros mais precários infraestrutural e economicamente, em paralelo a loteamentos fechados de alto padrão e residenciais privados (Figura 2).

A segregação funciona como elemento fragmentador do território e é um processo que caracteriza a cidade, por separar territorialmente os espaços ricos, os espaços pobres e os espaços industriais, constituindo zonas sociais distintas. Estas:

[...] resultam das diversas soluções que as classes sociais e suas frações encontram para solver os problemas de *como* e *onde morar* [...] marcadas pela tendência à uniformidade da população em termos de três conjuntos de características: *status* sócio-econômico (renda, status ocupacional, instrução, etc.), urbanização (mulheres na força de trabalho, fase do ciclo da vida, isto é, solteiros, casais jovens com filhos pequenos, etc.) e etnia. A uniformidade de tais características origina áreas sociais, isto é, bairros homogêneos, segregados [...] (CORRÊA, 1993, p. 61-62).

As localizações de maior valor econômico e paisagístico – pertencentes às classes dominantes – possuem também a funcionalidade de servir de *slogan*, de cartão de visitas aos não moradores e visitantes. E *pari passu* revela as belezas da cidade e implícita seus problemas sociais, potencializando as atividades no setor turístico. Ademais, a guerra fiscal incitada pelas múltiplas esferas do Estado é um dos elementos favoráveis à territorialização das indústrias (CATTAIA, 2003).

Os conjuntos habitacionais são aclamados na mídia como sinônimo de justiça social e progresso, todavia, quando se propaga a cidade para obter benefícios e investimentos, os COHABs são sequer mencionados, pois passam a significar, e, contudo corroboram a existência de classes sociais empobrecidas, diferenciação territorial e pobreza. A negação dos conflitos intraurbanos nega o processo de produção social do espaço, uma cidade que se desenvolve desprovida de embates socioeconômicos é utópica (PAULA, 2008).

A segregação residencial é um produto da sociedade estratificada, da disposição desigual das diferentes classes sociais fragmentadoras do território, sendo sua espacialização no urbano (CORRÊA, 1993, p. 60). Pierre George (1983, p. 127) faz uma descrição que se encaixa perfeitamente à realidade infraestrutural dos COHABs: “[...] um amontoado de moradias rudimentares em que de quatro a dez pessoas vivem num mesmo cômodo”.

As nesgas sociais distintas formam um *puzzle* (SANTOS, 2007) intercalando e articulando os bairros de alto e baixo *status*, e a organização territorial destas áreas revela a forte homogeneidade social interna contrapondo-se à forte disparidade entre elas, conforme aponta Castells (2000).

A diferenciação visual decorrente da fragmentação espacial – bairro rico/bairro pobre – denota a ruptura da paisagem, revelando territórios depauperados e aversivos. A paisagem urbana quebradiça e embrutecida refletida pelos COHABs gera o medo e a aversão (TUAN, 2005) no restante da sociedade, homogênea, desmantela o território e condena seus moradores a pobreza econômica e territorial (SANTOS, 1987), desencadeando o preconceito e o desprezo para com aqueles menos afortunados que vivem sócio-territorialmente segregados na periferia.

Os COHABs comportam parte da população de renda diminuta, explorada pelo sistema econômico, maciçamente alienada e manipulada, que vivencia a

homogeneização em seu recorte territorial, local depauperado onde se busca a reprodução da vida, mesmo que de forma incompleta e excludente.

## **CONJUNTOS HABITACIONAIS: SEPARAR PARA REINAR<sup>2</sup>**

A lógica capitalista impõe uma sociedade dividida na esfera estrutural e fragmentada sócio-territorial e economicamente, onde o Estado é força motriz dessa conjectura.

A habitação hodierna torna-se um imbróglio cada vez maior devido ao crescente número de moradores nos centros urbanos, pois morar é preciso e todos os indivíduos sociais buscam “[...] solver os problemas de como e onde morar [...]” (CORRÊA, 1993, p. 62), e os COHABs funcionam como uma solução prática e eficaz para absorver a demanda populacional exacerbada. A habitação é um bem cujo acesso é seletivo, e uma enorme parcela da população está incapacitada de pagar ou mesmo comprar um imóvel, desta forma, o COHAB se apresenta como uma alternativa economicamente palpável, entretanto o baixo preço da aquisição reflete as precárias condições de habitabilidade.

A acepção dos conjuntos habitacionais populares é ideológica, pela ausência do direito de morar e consumir a cidade, pois habitar é muito mais do que ter somente uma moradia, é ter condições básicas para se reproduzir com dignidade (LEFBVRE, 1991).

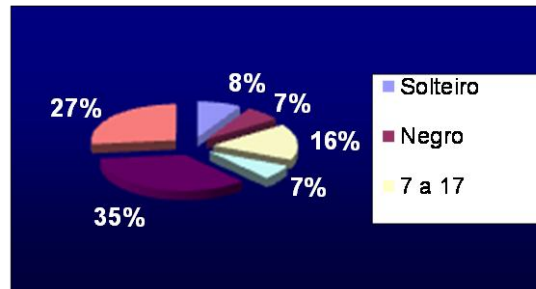
A distância física está intrinsecamente ligada às ideologias reproduzidas por cada cidadão (MORAES, 1988), essas são o liame do sentimento de não pertencimento ao território e mutila/degrada o indivíduo enquanto cidadão (SANTOS, 1987), essa concepção reproduzida é de caráter hierárquico e implantada pelo Estado:

Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses fatores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre (GOMES, 2008, p. 78).

O trabalho de campo realizado nos conjuntos habitacionais de Três Lagoas resultou em dados consideráveis. A maior parte da população é de etnia negra, de estado civil solteiro ou amasiado, com uma média de quatro filhos por família (Gráfico 1), o que é preocupante, vista a condição social familiar e a deficiência estrutural.

---

<sup>2</sup>“Separar Para Reinar” frase utilizada para intitular um capítulo do livro **O que é Cidade** de Raquel ROLNIK, 1988. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 54 - 74. Florianópolis, junho de 2011.

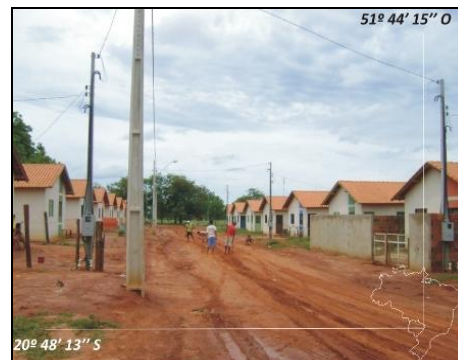


**Gráfico 1.** Principais características dos COHABs.  
**Fonte:** Trabalho de Campo, 2009.

Os COHABs não oferecem áreas de lazer (Figura 3 e 4), creches, escolas, postos de saúde, posto policial e comércio. Soma-se a isso outro agravante: o fato da maioria dos pais e mães trabalhar como autônomos e assalariados, em localidades afastadas e deixarem seus filhos sozinhos em casa ou em creches também distantes.



**Figura 3.** COHAB Vila das Azaléias.  
**Fonte:** Todos os autores, 2009.



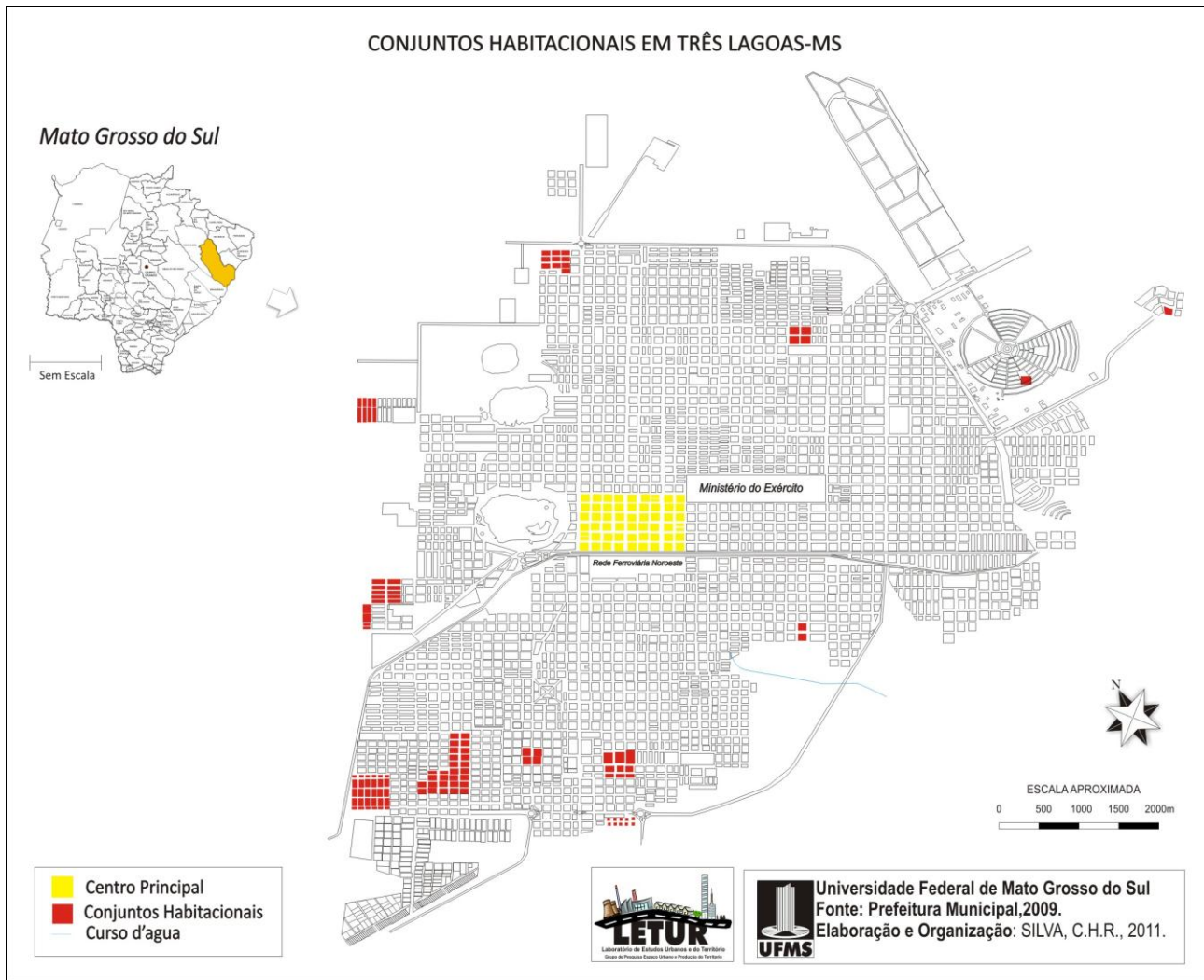
**Figura 4.** COHAB Vila Verde.  
**Fonte:** Todos os autores, 2009.

A cidade de Três Lagoas polariza um número ascendente de grandes fábricas, seja por suas características físicas, econômicas e/ou políticas, atraindo um conglomerado de pessoas cada vez maior, o que acarreta a expansão desenfreada, pois a cidade precisa de mão-de-obra e essa mão-de-obra precisa morar.

A situação em que o morador vivia antes de ser agraciado com a casa lhe gera um conformismo (CASTELLS, 2000) evidenciado no fato dos moradores de conjuntos habitacionais possuírem um histórico de viverem em casas cedidas ou alugadas, e nesta perspectiva viver em uma casa própria é um privilégio, não importando onde e nem como é a moradia.

Os COHABs (Figura 2), fruto das políticas de habitação popular da prefeitura, têm em seu plano diretor Artigo 45, inciso IX, “garantir alternativas habitacionais para a

população removida de áreas de risco ou decorrentes de programas de recuperação ambiental e intervenções urbanísticas”, segundo o Departamento de Habitação-Prefeitura Três Lagoas/MS. Os COHABS não divergem de tal premissa, pois são exatamente isso, uma alternativa para absorver uma população excedente e empobrecida.



**Figura 5.** Planta urbana e espacialização dos COHABS.

O mapa (Figura 5) mostra a dinâmica da disposicional apresenta-se de modo hierárquica, onde os pobres são expulsos para as porções limítrofes da malha urbana.

A produção de moradia voltada para a população de baixa renda é conduzida a contextos distintos sócio-políticos e econômicos; daí se tem conjuntos habitacionais com problemas diversos (Figura 6 e 7), entretanto todos explicitam ainda a mesma precariedade, a ausência de infraestrutura e de serviços básicos.





**Figura 6.** COHAB Vila das Violetas.  
**Fonte:** Todos os autores, 2009.



**Figura 7.** COHAB Vila Verde.  
**Fonte:** Todos os autores, 2009.

Todavia a falta de planejamento por parte do poder público é antagônica e contraditória, pois nos conjuntos habitacionais onde mais de 22% da população tem entre 0 a 7 anos, inexistente creche, escola e posto de saúde.

Em menos de quatro anos mais de 700 casas padronizadas foram entregues, homogeneizando a paisagem (Figura 4, 6, 7 e 9) e fragmentando o território (como pode ser observado no quadro abaixo) e há a previsão de duplicar essa estatística nos anos vindouros.

Programa	Unidades Habitacionais	Nome do Conjunto	Ano de entrega
Imóvel na Planta	26	Azaléia	2006
PSH	60	Orquídeas	2006
PSH	32	Lírios	2007
PSH	28	Girassóis	2007
PSH	48	Hortênsias	2007
PSH	16	Orquídeas I	2007
FNHIS	30	Orquídeas II	2008
FNHIS	191	Imperial	2008
FNHIS	17	Margaridas	2008
FNHIS	15	Hortênsias I	2008
PSH	220	Violetas	2008
PSH	20	Violetas I	2008
PSH	215	Violetas II	2010
<b>Total de Unidades Habitacionais: 918</b>			

**Fonte:** Departamento de Habitação-Prefeitura Três Lagoas/MS (2007-2010).

Inúmeras debilidades foram identificadas nos COHABs, uma delas é a falta de água potável no conjunto Chácara Imperial (Figura 8), que se localiza na porção topográfica mais elevada, agravado pela ineficácia do bombeamento de água, resultado do planejamento ineficaz. A água é elemento essencial para a sobrevivência e indicador de

qualidade de vida, e sua ausência revela a insalubridade que os moradores do conjunto estão submetidos.

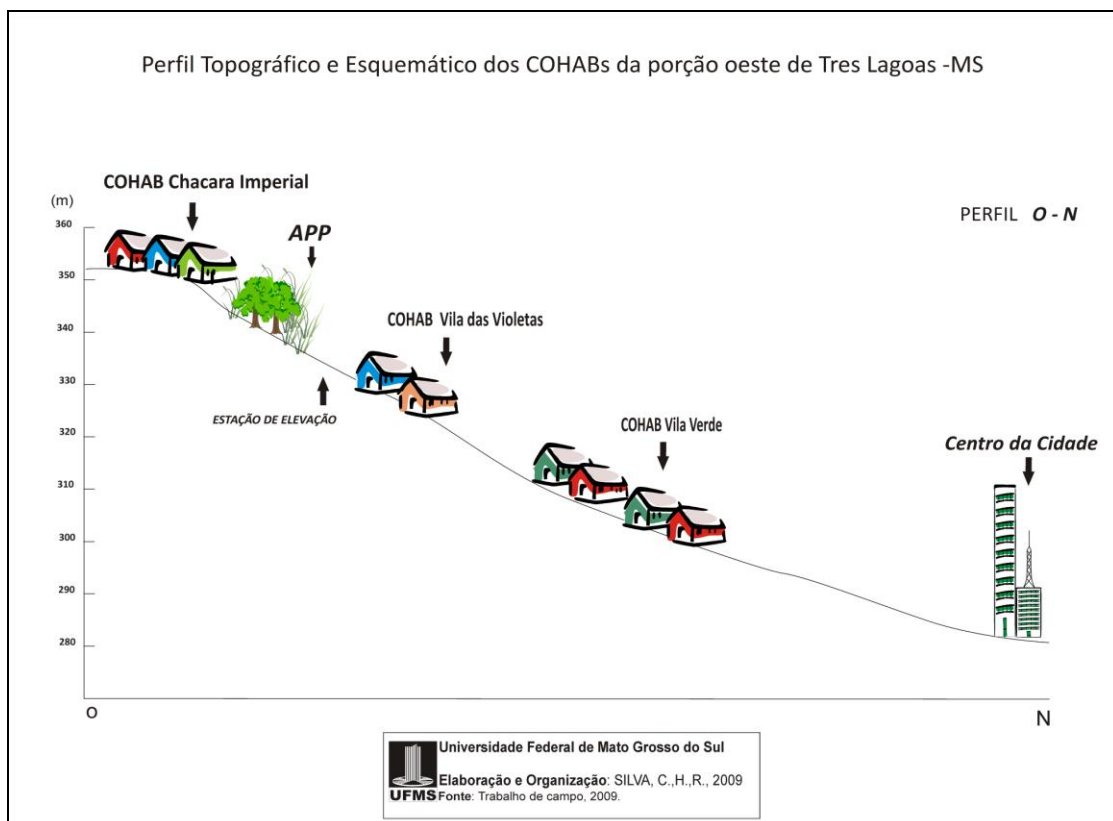


**Figura 8.** Falta d'água no Chácara Imperial.  
**Fonte:** Todos os autores, 2009.



**Figura 9.** COHAB Chácara Imperial.  
**Fonte:** Todos os autores, 2009.

O perfil topográfico (Figura 10) evidencia este problema, que como vimos é efeito da má administração pública, os COHABs localizam a 7 km ao oeste do centro urbano de Três Lagoas, com altitudes de 280 a 350 metros, fator preponderante no bombeamento de água.



**Figura 10.** Perfil topográfico do oeste de Três Lagoas.

Mesmo diante das intempéries do meio físico os conjuntos foram construídos e distribuídos para as famílias e atualmente a empresa de saneamento e abastecimento de água procura meios de sanar o problema, porém os moradores vivenciam a falta de abastecimento quatro dias por semana.

O transporte é outra problemática intrínseca a todos os conjuntos estudados, por serem localizados em porções distantes do comércio, escola e saúde, a prefeitura disponibilizou ônibus com a função de conectar os bairros às escolas. Entretanto o uso deste transporte é possível após cadastro em órgãos competentes, ou seja, por meios burocráticos que são realizados no centro da cidade.

Nestes territórios foram identificadas porções de alagamento e lamaçais, características configuradas como elementos obstantes à acessibilidade de motocicletas, carros e demais veículos automotores. Existem casos (Chácara Imperial) em que a precariedade das ruas foi decisiva no acesso de ambulâncias no atendimento de emergência e também na frequência escolar, já que os veículos não transitam nos dias chuvas torrenciais.

O conjunto habitacional Chácara Imperial é uma amostragem dos outros conjuntos habitacionais, desnudando a segregação sócio-territorial, a precariedade infraestrutural e o descomprometimento do poder público, e desvela a faceta pragmática/paradigmática da produção do território – populista e excludente – calcado em ideologias recônditas que reforçam as forças centrípetas (SANTOS, 2005) ditando lugares, saberes e fazeres aos cidadãos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos na pesquisa realizada durante 2009-2010, a partir de nove trabalhos de campo e aplicação de 200 questionários com o amostral de 2,3% dos moradores dos COHABs. Portanto a pesquisa teve em seu âmago o intento de identificar e desnudar a ideologia difundida na escala intraurbana de *moradia para todos e com qualidade de vida*, onde as políticas urbanas são embebidas de interesses dos grupos dominantes e do Estado nos territórios dos COHABs. Este último, tendo em vista seu cunho populista, em paralelo segrega e expulsa os pobres das porções territoriais mais abastadas. Permeado de ideologias, os COHABs são a impressão territorial da sociedade dividida em classes, das forças centrípetas e centrífugas de produção territorial, lógica capitalista e hegemônica assumida pela temporalidade do sistema.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 54 - 74. Florianópolis, junho de 2011.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

As tiranias inerentes a estes processos alteram a paisagem e lhes conferem novas formas e significados (SANTOS, 1992), estas ligadas aos desdobramentos das relações paradoxais da sociedade. Sendo assim, os COHABs são formas incipientes de habitação, com efeito “*placebo*” nos moradores destes fragmentos territoriais estrangulados.

São políticas geridas pelo Estado em que o pivô é clivado de mazelas sociais, com objetivo de solvê-las, implantam os conjuntos de caráter dúbio, primeiro expulsa os pobres das porções centrais e áreas de alto valor, em seguida a tão sonhada moradia não ultrapassa formas residuais de morar e viver.

Os COHABs de Três Lagoas são fragmentos do território destinados aos indivíduos desprovidos de expressividade econômica e política, encarados ideologicamente apenas como mão-de-obra alienada e inativa nas decisões sociais como um todo, à mercê da segregação, do descaso e da precariedade estrutural. Esta prática pode ser revertida por meio da retomada de consciência (SANTOS, 1987) que desaliena e solapa as ideologias atinentes às classes dominantes, permitindo o exercício da cidadania plena e a reivindicação de uma urbanização eficaz e democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L. U. **A produção e o consumo**: a cidade como espaço de segregação. In: **Política Urbana**: a produção e o consumo da cidade. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Livre, 1986. Série Tempo de Pensar.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CATAIA, M. A alienação do território – O papel da guerra fiscal no uso, organização e regularização do território brasileiro. In: SOUZA, M. A. A., (org.) **Território brasileiro**: Usos e abusos. Campinas: Edições territorial, 2003.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. 23ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GEORGE, P. **Geografia urbana**. Trad. Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, R. R. Segregação: expressão espacial da desigualdade social. In: CAVALCANTI, L. S. [et. al.] (org.) **Temas geográficos**. Goiânia: UFG/IESA, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 54 - 74. Florianópolis, junho de 2011.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

LEAL, G. Q. [et. al]. Dinâmica territorial e ideologia: desmistificando a violência na cidade de Três Lagoas/MS. In: XVI ENG – **ANAIS...**, Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

PAULA, F. M. A. Cidade espaço dividido – segregação, território e ideologia. In: **Temas geográficos**, CAVALCANTI, L. S. [et. al.] (org.) Goiânia: UFG/IESA, 2008.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Trad. Giselle Unti. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1979.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13ª ed Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, M. L. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPÓSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Revista Território**, n. 4, jan./jun.1998.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

VIEIRA, E. N. Espaço urbano como espaço de violência. In: **Política urbana**: a produção e o consumo da cidade. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Livre, 1986. Série Tempo de Pensar.